



28/08/2023

Número: **0068222-80.2023.8.17.2001**

Classe: **Recuperação Judicial**

Órgão julgador: **Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/06/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Autofalência**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
CONSTECH ENGENHARIA LTDA (AUTOR)	
	LUCAS PEREIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO(A)) bruno lemos soares (ADVOGADO(A))

Outros participantes	
BEZERRA DE MENDONCA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (ADMINISTRADOR JUDICIAL)	
	FERNANDO VICTOR BEZERRA DE MENDONCA (ADVOGADO(A))

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
140547905	09/08/2023 11:55	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE -  
PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810303

Processo nº **0068222-80.2023.8.17.2001**

AUTOR: CONSTECH ENGENHARIA LTDA

## DECISÃO

Após detida análise dos autos, entendo que a parte requerente preencheu os requisitos previstos nos incisos dos artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/2005 para fins de prosseguir com o processamento da Recuperação Judicial. Daí, com fundamento no art. 52 da Lei n. 11.101/2005, **defiro o processamento da recuperação judicial da pessoa jurídica denominada de CONSTECH ENGENHARIA LTDA.**

Nos termos do art. 21, parágrafo único c/c art. 52, I, da Lei n. 11.101/2005, nomeio para a administração judicial a pessoa jurídica denominada de **Bezerra de Mendonça Advocacia, CNPJ 39.954.123/0001-05, sendo o responsável pela condução dos trabalhos o Advogado Fernando Victor Bezerra de Mendonça, OAB/PE 39.719, que deverá ser pessoalmente intimado para, em 48 (quarenta e oito) horas, assinar, na sede do Juízo, o termo de compromisso** de bem e fielmente desempenhar o cargo e assumir todas as responsabilidades a ele inerentes, sob pena de substituição. Subscrito o termo de compromisso, fica o administrador incumbido das obrigações previstas no art. 22 da Lei 11.101/05, devendo no mesmo prazo acima mencionado apresentar sua proposta de honorários.

Após as providências acima, intime-se a requerente para manifestação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas acerca da proposta de honorários do administrador judicial.

Nos termos do art. 52, II, da Lei 11.101/2005, dispenso a apresentação de certidões negativas de débitos para que as requerentes exerçam suas atividades, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Em conformidade com o art. 69 da Lei de Regência, a requerente deverá acrescentar ao seu nome empresarial a expressão "em Recuperação Judicial". **Oficie-se a Junta Comercial e a e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para fins de anotação da recuperação judicial** nos registros correspondentes, em cumprimento ao que dispõe o art. 69, parágrafo único, da Lei 11.101/2005.

Determino ainda nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005, a suspensão de todas e quaisquer ações ou execuções contra o devedor, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, na forma do art. 6º da supracitada Lei, devendo permanecer os respectivos autos no



Juízo onde se processam, providenciando a devedora as comunicações competentes (art. 52, § 3º).

Determino, nos termos do art. 52, IV, da Lei 11.101/2005, à devedora, a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores.

Intime-se o Ministério Público, a Fazendas Públicas, Federal, Estadual (de Pernambuco) e Municipal (de Recife), na forma do art. 52, V, da Lei de Regência.

**Expeça-se o edital a que se refere o art. 52, §1º, da Lei 11.101/2005**, facultando-se aos credores, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados (Lei 11.101/2005, art. 7º, §1º).

Com base nas informações e documentos colhidos (caput e §1º, art.7º), o Administrador Judicial publicará edital contendo a relação de credores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do fim do prazo previsto no §1º, art.7º, indicando o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º da referida Lei terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação.

Publicada a relação de credores apresentada pelo administrador judicial (art. 7º, §2º), eventuais impugnações (art. 8º) e/ou habilitações retardatárias deverão ser interpostas pelo peticionamento eletrônico inicial, por dependência ao processo principal, e não deverão ser juntados nos autos principais (art. 8º, parágrafo único).

**Dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, a requerente deverá apresentar em juízo o plano de recuperação, sob pena de convalidação em falência (art. 53).**

Cumpra-se ordenadamente.

Recife, 09 de agosto de 2023.

**Dario Rodrigues Leite de Oliveira**

**Juiz de Direito**

